

Denise Pereira
(Organizadora)

Campos de Saberes da História da Educação no Brasil 3



Denise Pereira

(Organizadora)

Campos de Saberes da História da Educação no Brasil 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C198	Campos de saberes da história da educação no Brasil 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Campos dos Saberes da História da Educação no Brasil; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-456-6 DOI 10.22533/at.ed.566190507 1. Educação – Brasil – História. I. Pereira, Denise. II. Série. CDD 370
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O estudo da História da Educação sempre será muito importante para ajudar a compreender o modelo educacional que possuímos hoje, entender os possíveis erros que ocorreram de forma que possamos preveni-los e evitá-los.

Para se compreender o presente e planejar o futuro é necessário entender o passado, que neste caso é a História da Educação.

Tudo é história e tudo tem história. No processo educacional isso é ainda mais presente.

Os pesquisadores tem se interessado em compreender as ações de educação contidas na sociedade com suas diversas formas e esferas de intervenção.

Outros estudos vão de encontro com o sentido de captar as especificidades da formação e do desenvolvimento institucional observando como este modelo se articula se ao processo da construção da identidade brasileira.

Deste modo, a Editora Atena, realiza uma edição, dirigida especialmente a quem deseja compreender os diversos Campos dos Saberes da História da Educação no Brasil, acolhe neste e-book a proposta de responder no meio de tantas questões que surgem do debate de compreender a educação no Brasil.

Aqui, os diversos autores investigam as questões diversas destes campos dos saberes, tais como: a arte, a cultura, a história, novas metodologias, identidade brasileira, políticas educacionais, entre outras.

Espero que essas leituras possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
MEMÓRIA EM PAUL RICOUER: MÚSICA CAIPIRA E IDENTIDADE CULTURAL DO HOMEM DO CAMPO	
Angela Maria da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5661905071	
CAPÍTULO 2	12
O DIREITO AO SUFRÁGIO FEMININO NO BRASIL E NA ARGENTINA: NOTAS SOBRE DISCURSOS E LUTAS FEMINISTAS	
Adriana do Carmo Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.5661905072	
CAPÍTULO 3	23
O PRINCÍPIO DA CARIDADE NO DISCURSO INSTITUCIONAL DAS IRMÃS DE SÃO VICENTE DE PAULO	
Melina Teixeira Souza	
DOI 10.22533/at.ed.5661905073	
CAPÍTULO 4	33
OS INOCENTES ÀS PORTAS: ANÁLISE SOCIAL DAS CRIANÇAS EXPOSTAS EM OUTRO PRETO, SÉCULO XIX	
Melissa Lujambio Alves	
DOI 10.22533/at.ed.5661905074	
CAPÍTULO 5	45
PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E TEORIA CRÍTICA: CONTRIBUIÇÕES E LIMITES DE UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA PARA A DISCUSSÃO DA FORMAÇÃO HUMANA	
Thiago Xavier de Abreu	
DOI 10.22533/at.ed.5661905075	
CAPÍTULO 6	60
“PARA TODOS OS LAVRADENSES, MEU ÚLTIMO ABRAÇO E MEU ADEUS”: HISTÓRIAS DE VIDA DA PROFESSORA MARIA ELENITA (1944-1984)	
Maria Aline Souza Guedes	
Valdenira Meneses Andrade Perone	
DOI 10.22533/at.ed.5661905076	
CAPÍTULO 7	72
ESPORTE PARA O DESENVOLVIMENTO E A PAZ: LEITURAS A PARTIR DA TEORIA DOS PROCESSOS SOCIAIS DE NORBERT ELIAS	
Nadyne Venturini Trindade	
Bárbara Schausteck de Almeida	
Wanderley Marchi Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.5661905077	

CAPÍTULO 8 83

O ENSINO DA MATEMÁTICA NA EFA JACYRA DE PAULA MINIGUITE: POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES ENTRE PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Wéster Francisco de Almeida
Débora Villetti Zuck

DOI 10.22533/at.ed.5661905078

CAPÍTULO 9 100

EJA, INTERDISCIPLINARIDADE E FORMAÇÃO DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EJA INSPIRADAS NA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Jaqueline Ventura
Keilla Gomes Giron
Dayana Gomes
Daniel Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.5661905079

CAPÍTULO 10 113

CÓDIGO DE MENORES E A EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOBRE SEU DISCURSO E SUAS PRÁTICAS EDUCATIVAS (1927 – 1979)*

Rodrigo Teófilo da Silva Santos

DOI 10.22533/at.ed.56619050710

CAPÍTULO 11 123

PERFORMANCE: PRESERVAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E REGISTRO

Joseane Alves Ferreira
Jane Aparecida Marques

DOI 10.22533/at.ed.56619050711

CAPÍTULO 12 135

REFLEXÕES DA DANÇA À LUZ DOS QUADROS SOCIAIS DA MEMÓRIA

Isis Conrado Haun
Cláudio Eduardo Félix dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.56619050712

CAPÍTULO 13 146

RELAÇÕES ENTRE DIVERSÃO E LOUCURA: ESTUDO DA INTERNAÇÃO NO HOSPITAL COLÔNIA DE BARBACENA, 1934 A 1946

Marcelle Rodrigues Silva
Maria Cristina Rosa

DOI 10.22533/at.ed.56619050713

CAPÍTULO 14 154

REPRESENTAÇÕES DAS AMÉRICAS NO PERIÓDICO “O UNIVERSAL”, 1825-1842

João Eduardo Jardim Filho

DOI 10.22533/at.ed.56619050714

CAPÍTULO 15 164

DIOGO GOMES E OS PORTUGUESES NOS NEGÓCIOS DO SENEGAL E GAMBIA NO SÉCULO XV

André Felipe De Souza Menezes

DOI 10.22533/at.ed.56619050715

CAPÍTULO 16	171
TRAÇOS DA CIDADE: RELEITURA DOS REGISTROS DE DEBRET NO RIO DE JANEIRO	
Bruno Willian Brandão Domingues	
DOI 10.22533/at.ed.56619050716	
CAPÍTULO 17	183
CIVILIZAR O CORPO AS MODAS E AS MODISTAS NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XIX	
Mariana de Paula Cintra	
DOI 10.22533/at.ed.56619050717	
CAPÍTULO 18	192
A MIGRAÇÃO INTERNA NO BRASIL E COMO LIDAMOS COM SUA MEMÓRIA: DIFERENTES OLHARES ENTRE QUEM MIGRA E QUEM PERMANECE EM UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CIDADE DE RESENDE COSTA-MG	
Eduardo Filipe de Resende	
DOI 10.22533/at.ed.56619050718	
CAPÍTULO 19	200
UM EXERCÍCIO À GUIA DE REFLEXÃO TEÓRICA: DIFERENTES INTERPRETAÇÕES ACERCA DO POPULISMO NO BRASIL E SOBRE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA	
Patrícia Costa de Alcântara	
DOI 10.22533/at.ed.56619050719	
CAPÍTULO 20	212
UMA SÍNTESE DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MEDICINA NO BRASIL: SEUS ATORES E SUAS PRÁTICAS	
Cássia Regina da Silva Rodrigues de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.56619050720	
CAPÍTULO 21	221
VESTÍGIOS DO PASSADO NAS PÁGINAS DOS IMPRESSOS JORNALÍSTICOS	
Simone Bezerril Guedes Cardozo	
DOI 10.22533/at.ed.56619050721	
CAPÍTULO 22	229
REFLEXÕES ACERCA DO MITO DE SÃO TIAGO: HAGIOGRAFIA E OS MILAGRES DO <i>LIBER SANCTI JACOBI</i>	
Cristiane Sousa Santos	
DOI 10.22533/at.ed.56619050722	
CAPÍTULO 23	244
O CARNAVAL NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM - PA: ASPECTOS ESTRUTURAIS E ORGANIZACIONAIS	
Carlindo Silva Raiol	
Jeanny Marcelly Barreto Bentes	
DOI 10.22533/at.ed.56619050723	

CAPÍTULO 24 253

O ENSINO DE HISTÓRIA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA E SUA INTERAÇÃO COM AS NOVAS
TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (NDTIC)

Otiliana Farias Martins

Maria Zilah Sales de Albuquerque

Carlos Alberto dos Santos Bezerra

André Magalhães Boyadjian

DOI 10.22533/at.ed.56619050724

SOBRE A ORGANIZADORA..... 264

UM EXERCÍCIO À GUIA DE REFLEXÃO TEÓRICA: DIFERENTES INTERPRETAÇÕES ACERCA DO POPULISMO NO BRASIL E SOBRE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Patrícia Costa de Alcântara

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
Programa de Pós-Graduação em História –
Bolsista Capes
Seropédica, Rio de Janeiro

RESUMO: Para vários intelectuais, militantes e pesquisadores do Brasil e de outros países da América Latina o “populismo”, como categoria explicativa, teve como principal função responder o motivo do apoio dos trabalhadores aos governos de Vargas, Cárdenas e Perón e o estudo dos chamados “períodos populistas” foi considerado fundamental para a compreensão da instalação das posteriores ditaduras militares nestes países. A fim de refletir sobre como as relações entre Estado autoritário e sociedade tem sido entendidas pela historiografia, o trabalho tem como objetivo pensar como o processo de implantação da ditadura militar no Brasil e as experiências da luta armada neste país foram reinterpretadas pelas produções militantes, jornalísticas e acadêmicas ao longo do tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Populismo; Historiografia; Ditadura Militar.

AN EXERCISE AS A WAY OF
THEORETICAL REFLECTION: DIFFERENT
INTERPRETATIONS ABOUT THE POPULISM
IN BRAZIL AND ABOUT THE BRAZILIAN
MILITARY DICTATORSHIP

ABSTRACT: For several intellectuals, activists and researchers in Brazil and other Latin American countries, populism, like an explanatory category, had as its main function to answer the reason for the workers’ support for the Vargas, Cárdenas and Perón governments and the study of the so-called “Populist periods” was considered fundamental for the understanding of the installation of the later military dictatorships in these countries. In order to reflect on how the relations between authoritarian state and society have been understood by historiography, this paper aims to think how the process of implantation of the military dictatorship in Brazil and the experiences of the armed struggle in this country were reinterpreted by the activists, journalistic productions and academics over time.

KEYWORDS: Populism; Historiography; Military Dictatorship.

A fim de compreender a instalação de ditaduras militares em países como o Brasil, México e Argentina, vários intelectuais, militantes e pesquisadores consideraram fundamental o estudo dos chamados “períodos populistas” que

as antecederam. A concepção de “populismo” como categoria explicativa surgiu, assim, a partir da necessidade de explicar os motivos do apoio expressivo de trabalhadores e populares a figuras como Getúlio Vargas, Lázaro Cárdenas e Juan Domingo Perón.

Felipe Demier (2012, p. 207) designa como “teoria do populismo” “um conjunto analítico dotado de um forte teor teórico” elaborado para a compreensão de determinados sistemas políticos latino-americanos que, surgidos após a crise de 1929, foram suprimidos pela sucessão de golpes civil-militares consumados nas décadas de 1960 e 1970. Da mesma forma, afirma Angela de Castro Gomes (1996) que, no Brasil, após o movimento militar de 1964 ganham destaque na área das ciências sociais as investigações que, fazendo uso das formulações sobre o populismo, buscavam responder quais foram as suas razões do golpe. A experiência populista passa então a possuir uma periodização definida: “Ela tem inícios em 1930, quando eclode o movimento militar liderado por Vargas, e se conclui em 1964, quando do movimento militar que depõe João Goulart”. (GOMES, 1996, p. 33).

Por consequência, tornou-se recorrente o uso do conceito de populismo para a compreensão do intervalo da história brasileira que se estende da Revolução de 1930 até o Golpe Militar de 1964. Além de marcos bem definidos, sociólogos, economistas, historiadores e cientistas políticos, em sua maioria marxistas, teriam apresentado também uma série de variáveis histórico-sociológicas que teriam tornado possível emergência do fenômeno no país:

um proletariado sem consciência de classe; uma classe dirigente em crise de hegemonia; e um líder carismático, cujo apelo subordina instituições (como o partido, embora com ele conviva) e transcende fronteiras sociais (de classe e entre os meios urbano/rural). (GOMES, 1996, p.4).

Devido à proporção com que suas formulações influenciaram e ainda influenciam o meio acadêmico, tanto pra Gomes (1996) quanto para Felipe Demier (2012), Francisco Weffort foi um dos mais importantes teóricos do populismo no Brasil. Segundo Gomes: “Talvez se possa dizer que, só então, o populismo encontra (...) seu mais importante teórico no Brasil: o professor de ciência política da Universidade de São Paulo (USP), Francisco Weffort.” (1996, p. 6). Na mesma razão, afirma Demier que:

Muitos dos cientistas sociais dessa geração, com destaque para o cientista político Francisco Weffort e o sociólogo Octavio Ianni, se puseram a interpretar o processo de incorporação das massas populares ao processo político brasileiro no pós-1930, tomando por centro as políticas estatais de cunho social e, em especial, a formatação da estrutura sindical brasileira de matriz corporativista. “Manobrados” por intermédio das primeiras e controlados severamente pela segunda, os trabalhadores brasileiros foram vistos como um dos fundamentais elementos constitutivos de um período histórico (1930-1964) qualificado de “populista”. (2012, p. 206).

É preciso, porém, ressaltar que estas formulações foram produzidas num contexto

em que o golpe de 1964 abalou as teses até então difundidas e utilizadas como base para formulações e ações políticas. Francisco Weffort e Octavio Ianni escreveram num momento de crise das ciências sociais brasileiras e de reorganização das esquerdas latino-americanas.

Naquele contexto surgiram produções que buscavam explicar os motivos pelos quais as esquerdas armadas teriam fracassado em 1935 e em 1964. Essas formulações críticas geralmente apresentavam dois fatores determinantes: a falta de proximidade das esquerdas com as lideranças das classes populares e o engenho do populismo inaugurado por Getúlio Vargas. Elas teriam sido derrotadas porque os trabalhadores, enganados por líderes populistas, tornaram-se apáticos, manipuláveis, incapazes de se organizar e compreender o que era proposto pelas esquerdas.

Como consequência, durante muito tempo a revolução de 1930 foi qualificada como um marco que comprometeu a autonomia dos movimentos e lutas operárias, instaurando uma fase de letargia proletária e de dominação estatal dos trabalhadores, já que, no período anterior, marcado por um liberalismo mesmo que frágil, a classe trabalhadora gozaria de certa autonomia organizativa, em contraste com o posterior desmantelamento e estagnação causados pela repressão, violência e disciplina impostos pelo Estado ao movimento sindical.

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, acompanhando o processo de redemocratização do país, tal passividade passou a ser questionada. Uma variedade de estudos históricos sobre o movimento operário contestaram os argumentos tradicionais que insistiam na passividade e na incapacidade de organização da classe trabalhadora. Eliana Regina de Freitas Dutra (1981), Carla Maria Junho Anastasia (1990), Fernando Teixeira da Silva (1995), Rinaldo José Varussa (2002), Ângela Maria Carneiro Araújo (2002), John French (2002), Alexandre Fortes, (2004), Jorge Ferreira (2005), Magda Barros Biavaschi (2007) e tantos outros, são exemplos de autores e produções que tratam do comportamento dos trabalhadores frente às regulações do mundo do trabalho a partir desta perspectiva.

Esses trabalhos mais recentes dedicaram-se a resgatar a agência e as estratégias elaboradas pelos trabalhadores frente às regulações estatais das relações laborais. Esta mudança de perspectiva, fundamentada em novas teorias e metodologias, gerou um debate intenso a respeito do conceito clássico de populismo, acerca do trabalhismo, dos limites da dominação estatal e da complexidade das relações entre Estado e classe trabalhadora, ou, de forma mais geral, entre Estado e sociedade. Sobre esse debate, são representativos os trabalhos de Jorge Ferreira (2001), *O populismo e sua história: debate e crítica*, e de Demian Bezerra de Melo (2014), *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*.

Outro fator de grande impacto sobre esse processo de revisão historiográfica é a chegada e difusão no mercado editorial brasileiro de obras como *Jogos de escalas* (Jacques Revel, 1998) e *Herança imaterial* (Giovanni Levi, 2000). Desde fins dos anos 1990 e início dos anos 2000, a micro-história apresentou uma alternativa metodológica

que possibilitava um outro fazer historiográfico, que questiona a assertividade das grandes sínteses históricas. (ALMEIDA; OLIVEIRA, 2009). No lugar dos apanhados e generalizações teóricas que embasavam as análises sociológicas sobre o populismo, a historiografia mais recente tem preferido recortes mais específicos. Acompanhando estas críticas às metanarrativas,

Identificado como determinista, economicista, totalitário em sua ambição totalizante, estreito em seus horizontes de análise, teoricamente enrijecido, e incapaz de dialogar com a empiria sem impor-lhe conceitos e explicações teóricas preestabelecidas, o marxismo foi, entre nós [historiadores], especialmente a partir de fins da década de 1980, rechaçado pela maioria da produção historiográfica recente. (MATTOS, 2014, p.83).

As mudanças de perspectiva mencionadas acima não atingiram apenas os estudos sobre a atuação dos trabalhadores frente às regulações das relações de trabalho empreendidas por Vargas, mas também suscitou debate entre os estudiosos das relações estabelecidas entre sociedade e Estado num outro período de governo autoritário, iniciado após o Golpe Militar de 1º de abril de 1964.

Quanto a estudos desenvolvidos sobre esta temática, principalmente sobre a luta armada contra a ditadura, podemos acrescentar mais uma mudança historiográfica, apontada por Jean Rodrigues Sales. Segundo o autor, por volta dos anos 2000 tanto o “retorno” da história política quanto o desenvolvimento teórico da “história do tempo presente”, somados ao afastamento temporal, forneceram legitimidade acadêmica às investigações sobre a história recente no Brasil, o que teria resultado no aumento de trabalhos sobre a luta armada (SALES, 2015, p. 88-89).

O próprio movimento de revisão historiográfica acerca da ditadura militar e luta armada também tornou-se objeto de estudo no Brasil. A frustração com a derrota das esquerdas e o consequente paradigma pós-moderno foram identificados como as bases desse movimento de recaptulação nas análises brasileiras.

Segundo Marcelo Badaró Mattos (2014), no Brasil, muitos intelectuais, desiludidos com a decadência das esquerdas e com o esmorecimento do comunismo mundial acabaram por desistir das análises de cunho marxista e aproximaram-se do paradigma pós moderno, de onde surgem críticas às análises estruturalistas ou generalizantes das metanarrativas ou grandes relatos, identificados com o iluminismo, o idealismo, o funcionalismo ou, de maneira mais enfática, com o marxismo. Como consequência “o espaço da política se veria reduzido às causas específicas dos pequenos nós (...).” (p. 74-75). Em consonância com este último ponto, Jean Sales (2015) afirma que, em linhas gerais podemos apontar como características das pesquisas mais recentes “o fato de serem monográficas e não mais voltadas para a compreensão global da problemática, como suas antecessoras” (p. 99) e o fato de as temáticas abordadas serem “extremamente variadas, voltando-se para a compreensão das organizações da esquerda revolucionária, da participação das mulheres, da produção literária e

cinematográfica, entre outros assuntos.” (p. 100).

É no sentido de apresentar as transformações e controvérsias que perpassam a produção sobre a matéria no Brasil que, no seu artigo intitulado *Guerrilha e revolução: um balanço dos estudos e debates sobre a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*, Jean Rodrigues Sales (2015) busca apresentar um panorama dos estudos e debates brasileiros travados entre meados de 1970 até os dias atuais sobre a temática da luta armada contra a ditadura militar. Segundo o autor, a produção sobre a guerrilha armada no Brasil passou por diversos momentos, que ele organiza de forma sistemática e objetiva em três etapas. Num primeiro momento, definido como o dos anos 1970, teria início a produção sobre o tema, que teria se tratado, basicamente, do debate entre militantes e ex-militantes. No início os ex-militantes teriam dado um apoio crítico à luta armada, já que ela ainda acontecia no Brasil, mas depois adotaram uma visão que seria a predominante: a de que as esquerdas revolucionárias se afastaram da sociedade, o que as levou à derrota. (Sales, 2015).

Ainda segundo Sales (2015), em fins dos anos 1980 e início dos anos 1990 teria início as produções mais sistemáticas, acadêmicas, sobre o tema. Seriam os trabalhos de Jacob Gorender (1998), Daniel Aarão Reis Filho (1990) e Marcelo Ridenti (1993) os clássicos sobre o tema neste período. Por fim, neste mesmo artigo, Sales pontua que já a produção atual, seria marcada por uma variedade temática e teórica, sob a qual ganhou destaque os conceitos de “cultura política”, “memória” e “identidade”. Como demonstraremos, assim como se passa com o tema populismo, esses novos caminhos historiográficos são base de diversas controvérsias acadêmicas, tendo algumas inovações interpretativas recebido a pecha de “revisionistas”.

Nesse sentido, acreditamos que para efeito de um exercício de reflexão historiográfica que leve em conta as transformações mencionadas acima, é interessante analisar um trabalho de Daniel Aarão Reis Filho, *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988* (2014). Afinal, trata-se de uma obra recente, publicada pela editora Zahar pela ocasião dos cinquenta anos do golpe militar que destituiu o governo constitucional de João Goulart em 1964, e também porque este autor - embora tenha sido um militante da esquerda armada - é hoje um dos mais apontados como agente da vertente de revisão historiográfica tachada como revisionista. Nessa obra podemos identificar, inclusive, os principais pontos que tem sido revisados na academia e a consequente polêmica historiográfica dessa recapitulação.

Logo no primeiro capítulo do livro, Aarão Reis Filho sugere que as certezas recorrentes sobre o tema estão mais ligadas à memória que à empiria do fazer historiográfico. Partindo desta premissa, o autor empreende uma série de revisões sobre temas que perpassam a ditadura militar brasileira: a construção da memória sobre o regime; o significado e as consequências das lutas armadas; os motivos que teriam originado o golpe; os limites da resistência democrática; o lugar da sociedade civil frente à intervenção militar e ao autoritarismo; a influência dos E.U.A. ou da

U.R.S.S. nos conflitos políticos travados durante a Guerra Fria; a democracia e, até mesmo, os marcos temporais tradicionais que compreendem o período ditatorial entre 1964 e 1985.

Quanto às reconstruções da memória sobre o regime militar, ele apresenta três principais “deslocamentos de sentido”. Qualificar a luta armada como resistência democrática à ditadura, enquanto esta seria na verdade radicalizada, revolucionária e antidemocrática, seria o primeiro deslocamento de sentido, promovido pelas forças conciliadoras que após o regime militar visavam anistia ampla para a reconstrução da democracia. Daniel Aarão coloca em cheque, assim, a resistência das esquerdas revolucionárias à ditadura militar. Esta perspectiva não encontra consenso na historiografia e alguns autores, como Demian Bezerra de Melo e Marcelo Ridenti, por exemplo, apesar de considerarem pertinentes os empreendimentos como os de Daniel Aarão Reis que tem o propósito de desmistificar a atuação das esquerdas armadas, afirmam que interpretações que as recusam como resistência à ditadura têm sido utilizadas política e ideologicamente por setores da sociedade que tem o interesse de isentar a sociedade civil de participação no golpe e por aqueles que justificam a ditadura militar em nome da democracia, como se fosse o resultado de uma contraofensiva às ações sanguinárias da esquerda. Desta forma, por mais que não compactue com a ideologia da resistência democrática, Marcelo Ridenti (2004) conclui que o mais adequado ao se tratar das esquerdas armadas é não rejeitar o substantivo “resistência”, mas utilizá-lo sem o acompanhamento do adjetivo “democrática”, já que, por mais que não tenha sido a intenção original, o fato é que, dado à fraqueza das esquerdas armadas, elas representaram objetivamente mais uma resistência que uma ofensiva revolucionária ao regime. Nas palavras do autor:

Independente da vontade revolucionária das esquerdas armadas, pode-se constatar em retrospecto que elas eram pequenas e fracas demais para tomar o poder. Fizeram parte do arco amplo e heterogêneo de oposição à ditadura, que pode ser chamado de “resistência”. As oposições nunca chegaram a se unificar, por vezes havia divergências inconciliáveis entre elas, pois a única afinidade existente era o fim da ditadura. (Ridenti, 2004, p. 57).

No entanto, apesar de evitar qualificar a resistência das esquerdas armadas brasileiras à ditadura como democrática, Marcelo Ridenti considera a exigência de uma postura democrática, as vezes tácita e outras explicitamente exigidas por Daniel Aarão Reis, como anacrônica. Segundo Ridente (2004, p. 62-63), a atuação das esquerdas armadas baseavam-se nas ações de vanguarda e algumas organizações realmente planejaram a ação armada ainda antes do golpe de 1964 e, por isso, de fato não propunham um retorno à democracia aos moldes do pré 1964. A luta pela revolução nos anos 1960/1970 na verdade não se reduziu à uma luta pela democracia atual. O objetivo não era só pôr fim à ditadura, mas acabar com a exploração de classe do capitalismo e instalar o socialismo. No entanto, alerta Ridente, é preciso reconhecer

que apenas nos dias atuais o termo “democracia” ganhou relevância suficiente para desqualificar ações mais radicalizadas. Para ele é um anacronismo exigir das atuações do passado uma ideia de democracia estabelecida posteriormente, enquanto os temas que mais mobilizavam a sociedade no início dos anos 1960 seriam o das reformas de base e o da “revolução brasileira”. Da mesma forma, para Demian (2014, p. 177), a luta armada foi legítima em outros contextos e, por isso, não deve ser vista por um enfoque moralizante.

É nesse sentido que Pablo Pozzi (2013, p. 52) afirma que se pode fazer críticas às atuações das esquerdas, “mas tomando em conta o contexto histórico e político e a própria trajetória de suas organizações”. Desta forma, estes autores se opõe à interpretações como as das argentinas Claudia Hilb (2013) e Pilar Calveiro (2013), que compreendem a violência como oposição ou anulação da ação política; ou à interpretações intermediárias como as de Hugo Vezzetti (2013) que, embora admita a violência como ferramenta política compartilhada pela militância revolucionária e pelas forças armadas, em última instância afirma que a persistência das esquerdas em ações políticas radicalizadas foram a causa de sua derrota na Argentina.

Um segundo deslocamento de sentido apresentado na obra de Daniel Aarão Reis teria sido desenvolvido pelas forças de direita a fim de apresentar a sociedade civil como vítima tanto da esquerda quanto da direita, de dois lados opostos e igualmente culpados, tal como sugeriria a “teoria dos dois demônios” - durante muito tempo, predominou na Argentina a interpretação hegemônica da teoria dos dois demônios, que apresenta tanto o militarismo de direita quanto as guerrilhas de esquerda como organizações violentas e antidemocráticas que reprimiam e amedrontavam uma sociedade civil que assistia aos confrontos sem qualquer intromissão política. A consequência desde deslocamento resultaria num terceiro: a desculpabilização da “sociedade”, a construção social de que a ditadura nunca teria encontrado apoio civil, “de que a ditadura fora obra apenas dos militares, reconstruídos como bodes expiatórios.” (Reis Filho, 2014, p.127).

Sobre este último deslocamento de sentido, de acordo com Reis Filho, visões conciliadoras, elaboradas sobretudo a partir da década de 1980, teriam deixado de lado o debate sobre as bases sociais que sustentaram o regime militar. E, apegada a valores democráticos, a “sociedade” brasileira teria negado e/ou ocultado a sua colaboração ou silenciamento frente ao golpe.

Essa interpretação forneceu as bases para que o autor pudesse preconizar a noção de “ditadura civil-militar”, porém de forma bem diferente do sentido original proposto por René Dreifuss (1981) em *1964, A conquista do Estado: política, poder e golpe de classe*. De acordo com Demian Bezerra de Melo (2014, p. 160), René Dreifuss “foi o primeiro a insistir na natureza ‘civil-militar’ ou, mais precisamente, ‘empresarial-militar’ do golpe e da ditadura que se seguiu”. Segundo Marcelo Badaró Mattos (2014, p. 88), “Dreifuss associava o elemento civil a um sentido de classe burguês/empresarial da articulação que trabalhou pela derrubada de Goulart e viu-se

representada nos governos pós-64”.

Daniel Aarão Reis, por outro lado, não problematiza os interesses de classe dos civis que teriam apoiado o golpe e, assim como Denise Rollemberg (2006), apresenta o apoio social conferido apenas ao projeto autoritário, militar e empresarial, desconsiderando a parcela da população brasileira que se identificava ou conferia legitimidade às ações da esquerda por almejar as reformas de base que foram travancadas pela instauração da ditadura ou porque aspirava a “revolução brasileira”. Ou, nas palavras de Marcelo Ridenti (2004, p. 64), “se olvidam as lutas pelas reformas de base, até hoje não realizadas, sem falar na então sonhada revolução brasileira, nas diversas acepções em que foi pensada e proposta.”.

Ainda sobre as bases sociais da ditadura, o termo “cultura política nacional-estatista”, utilizado por Reis Filho, também reforça a ideia de um amplo apoio da “sociedade” brasileira ao regime militar, pois, elaborada pelo Estado Novo e retomada e aprofundada pelos militares, tal cultura política teria feito crescer entre a população um consenso que apresenta “o Estado como melhor instrumento histórico para articular a vontade nacional na direção de um processo autônomo de modernização.” (Reis Filho, 2014, p.9). Segundo o autor, entendendo o Estado e a legalidade como um canal eficaz de atendimento às demandas, a “sociedade” teria se sentido acuada pelo processo de radicalização da esquerda, o que teria desembocado na instauração do golpe e na subsequente ditadura. Esta interpretação acaba por responsabilizar a atuação das esquerdas pelo golpe militar de 1964 e as lutas armadas pelo endurecimento da ditadura. É importante dizer que dentre a historiografia recente existem interpretações contrárias a esta, segundo as quais tal “radicalidade” poderia ter sido combatida ou controlada dentro do viés institucional democrático, sem a necessidade de que uma ditadura fosse instalada sob o pretexto de proteger a democracia. Sobre este aspecto, Marcelo Ridenti (2004, p. 63) lembra que foram os golpistas que interromperam de forma violenta o processo de levar adiante as reformas de base do governo Jango e afirma que autores como Maria Aparecida Aquino chegaram à constatação evidente de que foram os militares que suspenderam a democracia.

No tocante à revisão dos marcos temporais tradicionais, de 1964 à 1985, sob a reinterpretação de Daniel Aarão Reis Filho, a ditadura passa a ter a sua existência objetiva entre 1968 (com a instauração do AI-5) e 1979 (com a revogação dos atos institucionais). O período compreendido entre 1979 e 1988 seria um período de “transição democrática” ou de um “Estado de direito autoritário” findo com a constituição de 1988. Nas palavras do autor, “(...) no período de transição já não havia ditadura, mas também não existia democracia”. (Reis Filho, 2014, p. 125). Demian Bezerra de Melo faz uma crítica a este encurtamento da ditadura. Para ele,

Esse suposto fim da ditadura não seria nem um pouco percebido pelo movimento operário que em março de 1979 incendiou a região do ABC paulista. [...] Propondo o encerramento da ditadura em 1979, deixa de fora episódios emblemáticos da luta contra a mesma, como os atentados terroristas na seção da OAB fluminense e

Segundo Marcello Badaró Mattos (2014), autores ligados à Nova História Política e Cultural e que hoje exercem grande influência nos cursos de graduação e pós-graduação no país (tais como Pierre Bourdieu, Roger Chartier e Peter Burke) deram suporte às interpretações de de um rol de autores, que, ao tratar da história política brasileira no pós 1930, travariam um debate “desenvolvido a partir de teses cada vez mais difundidas, que combinam a rejeição da noção de populismo como chave explicativa para o período 1930-64 com uma releitura do golpe de 1964 e da ditadura por ele instalada”. (2014, p. 86).

Nesse sentido, ressaltadas as colaborações mencionadas anteriormente, com relação ao resgate dos enfrentamentos cotidianos e da agência dos indivíduos frente as regulações e intervenções estatais, que durante muito tempo foram negligenciados pelos estudos marxistas dos anos 1960 e 1970, segundo Demian Bezerra de Melo (2014), “além de mistificação, tais interpretações pretensamente ‘novas’ na verdade revelam um notório empobrecimento conceitual e a marca do conservadorismo político na produção acadêmica dos últimos anos.” (2014, p. 158).

Felipe Demier (2012) afirma que tais revisões, com o intuito de demonstrar a agência de pessoas comuns e a ineficácia e os perigos do uso do termo populismo, não tiveram os mesmos cuidados e análise crítica frente as próprias noções e termos empregados nas suas interpretações historiográficas. Na ânsia de demonstrar que os trabalhadores não devem ser vistos como um todo uniforme guiado pelo Estado, fazem usos de noções tais como “cumplicidade” e “solidariedade” para explicar as relações entre sociedade e Estado, tanto durante o Estado Novo quanto durante a ditadura militar. Para Demier, estes novos estudos mencionam as resistências e oposições ao regime de forma superficial e por tratarem “sociedade” de forma ampla, sem especificarem em momento algum qual parcela dessa sociedade teria agido com “cumplicidade”, acabam por ignorar a complexidade e a diversidade de interesses de classe que compõe a população brasileira. Tratadas dessa maneira, essas noções dão margem a interpretações que constroem a imagem de um amplo consentimento por parte da sociedade civil ao golpe militar e ao Estado Novo.

Dessa forma, um dos pontos mais preocupantes da revisão historiográfica por ora empreendida no Brasil é a possibilidade de passarmos de uma produção que insistia na culpa dos militares e na construção da esquerda como heroica, à uma produção que culpa a esquerda e também a sociedade pelo golpe militar. Assim, da mesma forma que alerta Alexandre Fortes (2007, p. 79), sobre correremos o “risco de substituir o estigma pela apologia, ao trocarmos o ‘populismo’ por ‘trabalhismo’”, devemos nos atentar para o fato de que trocar o termo “ditadura militar” por “ditadura civil-militar” pode acarretar o mesmo problema. É imprescindível que historiadores se posicionem frente a esta questão, afinal, apesar das polêmicas e controvérsias que abarcam os estudos sobre as ditaduras e as lutas armadas no Brasil, um ponto de convergência

entre os diversos autores, independente de suas orientações políticas e ideológicas, é o fato de que o exercício do historiador é parte da memória social em disputa. Desse forma, como diz Marcelo Ridenti (2004, p. 64), se “não há como controlar os usos feitos das pesquisas históricas nas lutas sociais do presente”, há pelo menos como termos consciência durante o nosso fazer historiográfico que não apenas grupos sociais com interesses distintos fazem uso desta produção, mas que diferentes governos também tem se apropriado das memórias construídas sobre este período de acordo com seus interesses. Consciência imprescindível sobretudo no momento em que assistimos recentemente no Brasil a deposição do cargo de presidência da república de uma ex-integrante da luta armada contra a ditadura militar e a imediata investida do governo posterior em mudanças na Comissão de Anistia, alterando a sua composição pela exoneração de antigos integrantes e pela nomeação arbitrária de novos membros, dos quais pelo menos um é, segundo matéria publicada pelo o jornal *O Globo* no dia 02 de setembro de 2016, suspeito de ter sido colaborador da ditadura militar.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (Org.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Corporativismo e cálculo político**: o processo de sindicalização oficial dos trabalhadores em Minas Gerais (1932-1937). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1990. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Instrução, 1990.
- ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. Estado e Trabalhadores. In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (Org.). **Do corporativismo ao neoliberalismo**: Estado e Trabalhadores no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2002.
- BIAVASCHI, Magda Barros. **O Direito do Trabalho no Brasil - 1930/1942**: a construção do sujeito de direitos trabalhistas. São Paulo: LTr, 2007.
- CALVEIRO, Pilar. **Política y/o violencia**: una aproximación a la guerrilla de los años setenta. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.
- DEMIER, Felipe. **Populismo e historiografia na atualidade**: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. In: *Mundos do Trabalho*, v.4, n.8, pp 204-229. 2012.
- DREIFUSS, René Armand. 1964, **A conquista do Estado**: política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **Alternativas do comportamento operário em Belo Horizonte e Juiz de Fora – 1917/1930**. Belo Horizonte UFMG, 1981. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1981.
- ÉBOLI, Evandro. Nomeado para a Comissão da Anistia aparece como colaborador da ditadura. **O Globo**, Rio de Janeiro, 02 de set. 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/nomeado-para-comissao-da-anistia-aparece-como-colaborador-da-ditadura-20043410>> Acesso em: 10 de set. 2016.
- FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista**: Getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964. Rio de

Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In; FERREIRA, Jorge. (Org.) **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FORTES, Alexandre. **Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

FORTES, Alexandre. **O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano**. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n.2, p. 61-86, 2007.

FRENCH, John. **Afogados em Leis: A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

GOMES, Angela Maria de Castro. **O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: Notas sobre as trajetórias de um conceito**. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 31-58.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. Ática, São Paulo, 1998.

HILB, Claudia. **La responsabilidad como legado**. In.: Usos del pasado: Qué hacemos hoy com los setenta. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores, 2013.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do séc. XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MATTOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de. (Org.) **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELO, Demian Bezerra de. (Org.) **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de. (Org.) **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

POZZI, Pablo. **Para continuar con la polémica sobre la lucha armada**. In.: Historia reciente y violencia política: Lucha armada en la Argentina (La revista). 1a. ed., Santiago, Tiempo robado editoras, p.44-53, 2013.

ELGUETA, Gloria; MARCHANT, Claudia (editoras.), 1a. ed.. Santiago: Tiempo robado, 2013.

REVEL, Jacques. **Jogos de escala: A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil**. Brasiliense, São Paulo, 1990.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. UNESP, São Paulo, 1993.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e Mitificação da Resistência Armada contra a Ditadura: armadilhas para pesquisadores. IN: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; SÁ, Rodrigo Patto. (Orgs.) **O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois. (1964-2994)**. Bauru, SP. EDUSC, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In.: FILHO, João Roberto Martins. (Org.). **O Golpe de 1964 e o Regime Militar**: Novas perspectivas. São Paulo: EdUFSCar, 2006.

SALES, Jean. **Guerrilha e revolução**: um balanço dos estudos e debates sobre a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Taller (Segunda Época). Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina, v. 4, n. 5, p. 87-109, 2015.

SILVA, Fernando Teixeira da. **A carga e a culpa**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.

VARUSSA, Rinaldo José. Processos trabalhistas e a construção de relações fabris. In: **História**: São Paulo, v.21, jan 2002.

VEZZETTI, Hugo. **Sobre la violencia revolucionaria**: Memorias y olvidos. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

SOBRE A ORGANIZADORA

Denise Pereira: Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-456-6

